

ENQUADRAMENTO FISCAL DOS PLANOS DE PENSÕES

Apólices de Seguro de Grupo, subscritas por empresas (entidade patronal) a favor de trabalhadores. Essas Apólices podem respeitar a Planos de Pensões que atribuem aos trabalhadores diferentes tipos de direito de acesso aos benefícios, cujas consequências fiscais, de forma genérica e muito resumida são os seguintes:

1. Meras Expectativas - o trabalhador só terá direito aos benefícios se se encontrar ao serviço da empresa no momento em que se reforma, pré reforma, reforma antecipadamente dentro das condições legais ou em caso de sobrevivência. Neste caso a empresa deduz o custo com os prémios entregues, em sede de IRC, no momento dessa entrega e os prémios são tributados em Categoria A de IRS bem como os rendimentos são tributados em Categoria E de IRS apenas no momento em que são pagos ou colocados à disposição do beneficiário. A dedução fiscal dos prémios na esfera das empresas implica o cumprimento das condições do art. 40º do Código do IRC e penalizações fiscais para a empresa verificando-se um incumprimento.

2. Direitos adquiridos e individualizados - o trabalhador terá direito aos benefícios decorrentes da Apólice ainda que cesse o contrato de trabalho antes das condições referidas supra. A empresa deduz o custo com os prémios em IRC no momento da respectiva entrega e o trabalhador é tributado em Categoria A de IRS – rendimentos do trabalho – no momento da entrega dos prémios. A tributação dos rendimentos – Categoria E – apenas ocorre quando os rendimentos são pagos ou colocados à disposição.

3. Direitos adquiridos e individualizados com isenção de IRS - o trabalhador terá direito aos benefícios decorrentes da Apólice ainda que cesse o contrato de trabalho antes das condições referidas supra. Neste caso a empresa deduz o custo com os prémios entregues, em sede de IRC, no momento dessa entrega e os prémios são tributados em Categoria A de IRS bem como os rendimentos são tributados em Categoria E de IRS apenas no momento em que são pagos ou colocados à disposição do beneficiário. A dedução fiscal dos prémios na esfera das empresas implica o cumprimento das condições do art. 43º do Código do IRC (o custo é aceite ao abrigo do art. 23º do Código do IRC mas, por se respeitarem as condições do art. 43º desse Código e o art. 18º do EBF determina a isenção de IRS no momento da entrega dos prémios pela entidade patronal). Existem penalizações fiscais para a empresa e para o trabalhador verificando-se um incumprimento das condições de isenção, nomeadamente as elencadas no art. 43º do citado Código do IRC.

